

## Uma abordagem filosófica sobre a noção de sujeito na psicologia de Skinner

### A philosophical approach to the notion of subject in Skinner's psychology

Marina Souto Lopes Bezerra de Castro<sup>1</sup>

[1] Clínica Restaurativa – Núcleo de Atendimento e Formação em Psicologia | **Título abreviado:** O sujeito na psicologia de Skinner | **Endereço para correspondência:** Rua Machado Rolemberg, 35, sala 13, Vila Arnaldo, São Carlos - SP | **Email:** marinaslb@gmail.com | **doi:** org/10.18761.JADA0330006

**Resumo:** Fazendo jus à obra do professor Abib, pretende-se neste ensaio apresentar de forma crítica um de seus textos: *O sujeito no labirinto*, de 2007. Veremos como a noção de sujeito aparece na obra de Skinner a partir de filosofias e psicologias precursoras do Behaviorismo Radical. A irônica afirmação pós-moderna da morte do sujeito revela, na verdade, uma profunda mudança na ideia que se tem de sujeito. Ao longo de seu texto, Abib descreve questionamentos desde Hume a alguns aspectos da visão metafísica do sujeito e mostra como as filosofias e psicologias modernas já sinalizavam a recusa ao sujeito metafísico, transcendente, substancialista e dualista. Ao percorrer grandes autores, Abib nos presenteia com densas informações e análises surpreendentes, por vezes inusitadas, ao seu estilo. Passa por diferentes noções de sujeito (processo volitivo-afetivo-ideativo em Wundt, fluxo da consciência em James, consciência social em Mead) até chegar a Skinner. Ao final, percebe-se uma coerência da construção moderna do sujeito com a sentença pós-moderna de sua morte. Entendemos, de fato, que aquele sujeito pré-moderno (metafísico, transcendente, substancialista e dualista) sofreu duros golpes e agonizou ao longo da modernidade, até que a pós-modernidade anunciou o seu fim. Contudo, não é o fim do sujeito, mas daquele sujeito pré-moderno. Abib resgata e reconstrói uma noção de sujeito coerente com as propostas dos grandes autores aqui citados, desembocando na psicologia de Skinner: temos um sujeito fenomenal, imanente à experiência, não-substancialista, não-dualista e não-metafísico.

**Palavras-chave:** sujeito, Skinner, análise do comportamento, Abib, filosofia.

**Abstract:** Honoring Professor Abib's work, this essay intends to critically present one of his texts: *The subject in the labyrinth*, 2007. We will investigate how the notion of Subject shows up in Skinner's work from the philosophies and psychologies that were precursors of Radical Behaviorism. The ironic postmodern affirmation of the subject's death reveals, in fact, a profound change in the idea that one has of the Subject. Throughout his text, Abib presents several critics, since Hume's, to some aspects of the metaphysical view of the subject and shows how modern philosophies and psychologies already signaled the refusal of the metaphysical, transcendent, substantialist and dualist subject. When traveling through great authors, Abib presents us with dense information and surprising analyses, sometimes unusual, in his style. It passes through different notions of subject (volitional-affective-ideative process in Wundt, stream of consciousness in James, social consciousness in Mead) until reaching Skinner. In the end, there is a coherence between the modern construction of the subject and the postmodern sentence of his death. We understand, in fact, that that pre-modern subject (metaphysical, transcendent, substantial and dualist) suffered heavy blows and agonized throughout modernity, until post-modernity announced its end. However, it is not the end of the subject, but of that pre-modern subject. Abib rescues and reconstructs a consistent notion of subject with the proposals of the great authors mentioned here, leading to Skinner's psychology. Eventually, we have a phenomenal subject, immanent to experience, non-substantial, non-dualistic and non-metaphysical.

**Keywords:** subject, Skinner, behavior analysis, Abib, philosophy.

Recentemente, Francisco, meu filho de 17 anos (!), questionou qual tinha sido meu trabalho de mestrado e doutorado<sup>1</sup>. Que grande alegria poder compartilhar com um amado estudante do Ensino Médio o resultado de uma longa pesquisa teórica sobre a ética skinneriana, para além das cinco ou seis pessoas que devem ter lido o trabalho! Alegria e desafio, pois foi necessário adaptar a linguagem e explicar princípios teóricos básicos de Análise do Comportamento, mesmo ele sendo um estudante de uma boa escola, com ótimo desempenho escolar e criado em meio à cultura analítico-comportamental. Espero que esse desafio e essa alegria sejam compartilhados com mais profissionais da área, tendo em vista que as pesquisas são financiadas em geral pela população, que deve, portanto, se beneficiar dos resultados.

Com as redes sociais, percebemos um movimento nessa direção. Há pouco tempo, um importante pesquisador da área, César Rocha, compartilhou um *post* que nos lembrou da importância da divulgação científica, de sabermos explicar para pessoas que não são da área acadêmica o que se faz na universidade. Felizmente, constatamos cada vez mais a participação de cientistas de renome da nossa área se dedicando à divulgação científica em redes sociais, como Táhcita Mizael e Aline Couto, com postagens bem fundamentadas, sucintas e esclarecedoras. Temos de fato essa responsabilidade de compartilhar e de nos fazer entender, de modo a possibilitar trocas relevantes entre o conhecimento acadêmico e não-acadêmico, tornando o mundo universitário acessível à comunidade por canais diversos. Para isso, além de aprender a comunicar em uma linguagem compreensível, precisamos aprender a ouvir também, pois é da comunidade que chegam as demandas para as pesquisas e o financiamento para sua execução, e é, portanto, para ela que devem retornar os resultados.

Começo o texto com tal referência e lembrança para enfatizar o alcance das redes sociais em comparação com um texto como este aqui, o que nos impõe um desafio interessante: como falar so-

bre temas tão complexos como os que aborda a Análise do Comportamento<sup>2</sup>, divulgar de forma mais ampla esse tipo de conhecimento, sem perder o rigor científico, e se fazer entender pelo público leigo ou por iniciantes no assunto? Na verdade, o desafio está mais próximo do que imaginamos; muitas vezes, mesmo quem está familiarizado com a área não entende o que tentamos divulgar, pois o conhecimento passa a ser tão esotérico, com um vocabulário e um raciocínio tão especializados e próprios, que torna difícil o diálogo: quando lancei o livro fruto da pesquisa do mestrado, uma colega da área perguntou qual era o título e, à resposta, fez uma expressão de estranhamento, dizendo não ter compreendido. Então, vamos um passo de cada vez, como sabemos que deve ser a aquisição de qualquer repertório novo (neste caso: divulgar conhecimento acadêmico de forma efetiva). Vamos aprender a falar claramente começando por audiências próximas. Este o motivo de um tom mais coloquial deste texto: sua função principal é atingir uma audiência mais ampla (do que seleta). Ficarei feliz e com a sensação de dever cumprido se a nossa comunidade de analistas do comportamento puder ler este ensaio, tiver uma leitura fluente, não truncada e compreender as principais ideias nele contidas.

De início, lembremos que B. F. Skinner (1904-1990) publicou diversas obras sobre ciência e filosofia do comportamento ao longo de sua vida. Podemos identificar várias mudanças, evoluções em seus escritos, em suas propostas, em suas análises (por exemplo, do mecanicismo ao selecionismo: ver Cruz & Cillo, 2008). Em 1974, Skinner publicou o livro *About behaviorism* (Sobre o comportamentalismo), no qual enunciou a sua filosofia, apresentou o Behaviorismo Radical de forma detalhada em seus fundamentos. Podemos considerar, a partir desse livro, o estabelecimento explícito de um dos pressupostos ontológicos<sup>3</sup> mais consolidados da ciência do comportamento: o que existe é o comportamento como relação; ele é o objeto de estudo

1 Ironicamente, em diversas bancas de qualificação ou de defesa das quais participei, este era um dos questionamentos: “se você tivesse que explicar o seu trabalho para um aluno do ensino médio, como seria?”

2 Ao longo do texto, são utilizadas duas expressões indistintamente: “Análise do Comportamento” e “Ciência do Comportamento”.

3 A ontologia é um dos ramos da filosofia que reflete sobre o ser, o que existe, a natureza do ser. Para uma explicação mais detalhada e didática, ver Al-Saadi (2014).

da ciência do comportamento; ele é uma relação e é o ponto de partida para quaisquer outras reflexões. Neste sentido, assumimos uma ontologia relacional para o comportamento (Abib, 2001), talvez até uma cosmogonia relacional, já que não é possível supor nada fora da relação comportamental ou anterior a ela, mas este é outro assunto. Aqui trataremos de um aspecto desta relação: o sujeito, conforme brilhante exploração teórica levada a cabo pelo professor Abib em seu livro *O sujeito no labirinto* (Abib, 2007a).

Tendo como ponto de partida descritivo, o comportamento como relação – embora não haja qualquer relação de anterioridade ontológica (Abib, 2001) – inferimos a partir dela o corpo/organismo e o ambiente/mundo. Por exemplo, é a partir do caminhar (como comportamento, em sua natureza relacional) que se supõe a existência das pernas de um organismo e do chão sobre o qual caminha. Parece contra intuitivo pensar assim, porque parece óbvio que as pernas e o chão existem independente e previamente ao andar. Será mesmo? Para quem não é muito fã de filosofia, cabe aqui uma observação: o que nos parece óbvio rotineiramente sucumbe à mais breve reflexão filosófica, por isso a filosofia é extremamente relevante, pois questiona as obviedades reinantes, abrindo caminho para construções teóricas diferentes, variadas, criativas, úteis, mais adaptativas, mais elegantes, mais simples... enfim: diversas. As mais inocentes perguntas (Como sei que existo? O que existe? O que é real? Qual a natureza das coisas? As coisas existem quando não olho para elas? Como posso conhecer a natureza das coisas? O que é o belo? O que é o bem e o mal? Como posso julgar certo e errado? O que é consciência? Quem sou eu? Qual a finalidade de vida?... ) ensinaram reflexões perenes em diferentes áreas da filosofia, como a ética e a estética. A filosofia da ciência, por sua vez, norteia e é norteada pela prática científica, ela aprende e ensina, garantindo que o fazer científico reflita sobre sua prática, ocasionando ajustes necessários e importantes. Se quisermos pensar em termos de evolução de práticas culturais, é coerente afirmar que a ciência, como uma prática cultural com enorme valor de sobrevivência para a humanidade, tem a grande contribuição da filosofia de modo a aumentar a variabilidade e, portanto, as chances de crescer seu valor de sobrevivência como prática e sua contri-

buição para o valor supremo: o bem da cultura, da humanidade, dos outros do futuro. Assim é com o Behaviorismo Radical – nome com o qual Skinner batizou a filosofia da ciência do comportamento –, que tem a função de refletir sobre a ciência e se enriquecer com os seus achados. A filosofia e a ciência do comportamento são, dessa maneira, interligadas e interdependentes.

De acordo com a nossa filosofia, o Behaviorismo Radical, o comportamento é o que existe inicialmente e sua natureza é relacional, como dissemos<sup>4</sup>. Como esta relação entre organismo e mundo pode se apresentar de formas diferentes, há diferentes tipos de comportamento. Grosso modo, temos comportamentos filogenéticos complexos, outros mais simples, como alguns reflexos incondicionados, e temos comportamentos aprendidos na ontogênese, na história de vida do organismo, como os reflexos condicionados e os operantes. Aos reflexos damos o nome de comportamento respondente, não operante, pois neste caso o organismo responde, reage (não age, não opera). Aqui há uma relação de causalidade mais linear, mais certa, menos probabilística. Por exemplo, se estiver tudo certo com a minha herança filogenética, minha pupila será contraída se estiver em um ambiente iluminado. A contração é um reflexo, pois responde à estimulação, ao ambiente, ao mundo. O respondente não é voluntário, ele é eliciado pelo ambiente. Já no operante, o ambiente pode ocasionar o comportamento, alterando a probabilidade de sua ocorrência pela sinalização de possíveis consequências. Na presença de uma luz vermelha do semáforo de trânsito, por exemplo, é mais provável que eu pise o freio e pare o carro, de modo a evitar multas ou acidentes. Todos os comportamentos, sejam eles aprendidos ou inatos, têm natureza relacional. Na obra de 1974, o autor trata ainda de vários temas espinhosos e esclarece interpretações equivocadas a respeito da área. Dada a limitação deste espaço e o objetivo diverso, fica a dica de leitura.

4 Importante enfatizar que a obra skinneriana não é homogênea, como pontuamos, e está sujeita a interpretações diversas. Zilio (2012), por exemplo, discorda da interpretação feita por Abib quanto à ontologia behaviorista radical skinneriana e defende, ao invés de um relacionismo radical, um relacionismo substancial, a partir do qual não seria possível a interpretação do sujeito como faz Abib (2007a).

Em um cenário interpretativo de um Skinner maduro, pós *About behaviorism*, estabelecendo com mais robustez a filosofia de sua ciência, o Behaviorismo Radical, podemos encontrar o sujeito? Onde? O que seria ele? Ou ele está de fato morto, como algumas filosofias anunciaram? No Behaviorismo Radical skinneriano podemos identificá-lo com o organismo, o indivíduo, o eu? Há uma contraposição à noção de objeto?

O presente artigo, de caráter também ensaístico, de forma despretensiosa quanto ao esgotamento de respostas a essas questões, busca percorrer junto com o querido professor Abib, em seu brilhante ensaio *Sujeito no labirinto*, os caminhos pelos quais podemos encontrar o sujeito em filosofias e psicologias precursoras e, por fim, na obra de Skinner, em alguns aspectos herdeira dessas tradições e ao mesmo tempo inovadora. Na medida do possível e no que couber, atualizaremos a proposta interpretativa de Abib à luz do contexto atual da Análise do Comportamento, ressaltando a relevância desse tipo de conteúdo filosófico para a formação de profissionais da área. A relevância se explica pelo argumento anunciado acima: cientistas que estudam filosofia têm enriquecimento de repertório (criatividade, questionamento, variabilidade) e, assim, mais chances de contribuírem efetivamente para a evolução e sobrevivência da ciência como prática cultural, a qual, por sua vez, contribui para evolução e sobrevivência da humanidade.

De início, importante destacar a densidade do texto do professor Abib. Assim como ocorria em suas saudosas aulas, ele resume muito conhecimento em pouco espaço, muito conteúdo em poucas frases, muita sabedoria em pouco tempo. Ele mesmo dizia que estava apresentando em duas horas de aula o que levava dez anos para estudar. Sendo assim, o texto de Abib engana com sua modesta apresentação, oculta sua complexidade no reduzido tamanho: um livro de apenas setenta e sete páginas! Cada frase, cada parágrafo, cada capítulo traz uma ampla riqueza de informações e análises filosóficas sobre a discussão do sujeito, seja na psicologia ou na filosofia. É um texto denso, um ensaio profundo, o qual nos demanda, como o professor mesmo recomendava a respeito do estudo filosófico: após a leitura de um parágrafo, uma reflexão de duas horas.

Nesta obra em que a densidade e a complexidade chamam a atenção, Abib escolhe uma alegoria que representa de forma muito pertinente tal complexidade: o labirinto. O sujeito não está morto, ele está em um labirinto, ou, mais precisamente e com *spoiler*: o sujeito é o labirinto. Veremos como ele chega a essa conclusão.

O autor aponta a ironia do discurso pós-moderno (ou parte dele) ao declarar a morte do sujeito, pois é justamente um sujeito que a declara. Abib, generoso como de costume, não vê paradoxo, mas sim ironia nessa declaração. Sem dúvida, é uma interpretação possível, que contribui para sustentar que o sujeito continua a existir na pós-modernidade. Mas o que ele é? Qual sua constituição? Aliás, para declarar seu fim, é preciso de antemão saber do que se trata? Sem dúvida, a noção anterior (metafísica) de sujeito morreu, todavia aquela não é a única noção possível.

Embora o sujeito não esteja definitivamente morto, ele está desorientado, perdido, sem rumo, em meio à multiplicidade discursiva pós-moderna, que esvazia a noção de identidade, gerando crises devastadoras que alimentam a busca obcecada por celebridades, consumos, alimentos... (Abib, 2007a, p. 69). Curiosamente, a pós-modernidade entende que tais crises são caminho de conhecimento e libertação.

Abib nos conduz por filosofias e psicologias que antecederam a Análise do Comportamento de modo a encontrar, ao final, já também com Skinner, a sobrevivência do sujeito – mas aqui diverso, fenomenal, não-substancial e constituído pela linguagem, que é social. Para chegar aí, o professor discorre sobre propostas de alguns autores clássicos, como David Hume, Wilhelm Wundt, William James, George Herbert Mead, constatando algumas das origens do questionamento pós-moderno sobre o sujeito.

De acordo com Abib, em Wundt (1832-1920) já é possível identificar uma caracterização nova do sujeito: ele é visto em perspectiva, existe na experiência fenomenal, é imanente à experiência. Ele não é externo à experiência, pois esta o constitui. Ele não é transcendente, como uma alma ou uma mente, exteriores ao corpo ou ao fenômeno. Aliás, o perspectivismo de Wundt contraria o pressuposto dualista (aquele segundo o qual haveria duas substâncias, a mente e a matéria) e, mais do que

isso, desafia o próprio substancialismo, criticando até mesmo a psicologia empírica por reinstalar o campo não fenomenal da experiência ao separar experiência interna e externa. Vejamos: segundo ele, a introspecção como ferramenta considera a experiência interna como manifestação fenomenal da mente ou da matéria. Ao pressupor a existência da mente ou da matéria, o método introspectivo resgata o substancialismo, a experiência não fenomenal, permanecendo o problema mente/corpo.

O filósofo alemão, pai da psicologia moderna, condena a introspecção, defendendo o método experimental para a investigação dos processos subjetivos e busca, então, restaurar a unidade da experiência, afirmando ser ela uma só, que pode ser vista de perspectivas diferentes. Para Wundt, o sujeito existe na experiência fenomenal, o sujeito é fenômeno, é processo afetivo, volitivo e ideativo. O sujeito não pensa nem sente, o sujeito é pensamento e sentimento. Na experiência fenomenal imediata, encontramos o sujeito psicológico. Já na experiência fenomenal mediata, o sujeito existe como processo ideativo, é o sujeito epistemológico, que é objetivo e estudado pela epistemologia.

Abib alerta para as armadilhas da linguagem, que tende a substancializar processos, tornando não fenomenal o que é fenomenal. Podemos pensar em simples exemplos cotidianos: quando afirmamos que alguém tem muita inteligência, ou paciência, ou sabedoria, ou maldade, cristalizamos processos, substancializamos fenômenos.

Ao apresentar William James (1842-1910), filósofo estadunidense, e seu empirismo radical, Abib nos revela o sujeito como consciência. Assim como Wundt, James era também crítico do substancialismo, do transcendentalismo e do associacionismo empirista inglês, propondo uma abordagem do sujeito como fluxo de consciência. Como fluxo, o sujeito é um processo contínuo e em mudança constante. James acaba por defender o monismo da experiência. Qualquer que seja o debate filosófico, ele tem início e fim na experiência, mesmo quando trata de coisas e de relações entre as coisas, pois tudo isso são partes da experiência.

Além de dinâmica e subjetiva, como já sinalizado anteriormente, a consciência para James é cognitiva, volitiva e temporal. Sem a temporalidade, teríamos um sujeito kantiano. Ele define o sujeito em

termos de *eu*, *me* e *self*. O *eu* e o *me* são concebidos no fluxo da consciência, sendo o *eu* a instância julgadora e que não pode ser conhecido no momento até virar *me*, considerando a temporalidade do fluxo da consciência. O *self*, por sua vez, é a relação entre o *eu* e o *me*.

Em uma linha coerente com a de Wundt e James, mas com elementos novos, Abib nos apresenta a visão do sujeito por George Herbert Mead (1863-1931), filósofo estadunidense. O elemento novo é o componente social, o outro generalizado. Para Mead, em seu comportamentalismo social, o sujeito é consciência social e, assim como a mente e a linguagem, é constituído na ação comunicativa e participante. O *eu* se refere à ação crítica e criativa do sujeito; o *eu* é observador, moral, social, impulsivo e cognitivo, enquanto o *me*, mais conformista, é transformado pelo *eu*. Ambos, por sua vez, são formados pelo outro generalizado. Nesse processo, a autoconsciência é uma experiência reflexiva. De forma bem resumida, portanto, Mead nos propõe uma teoria social e dialógica do sujeito.

Todos esses autores citados, importantes clássicos da nossa área, se contrapõem, cada um a seu modo, à ideia do sujeito como uma substância (identificação do sujeito com a mente, por exemplo) ou como uma agência reificada, uma coisa que pensa, sente e faz. A pós-modernidade critica essas noções.

De acordo com Abib, a multiplicidade discursiva pós-moderna, propiciada inclusive pela tecnologia que potencializa a existência e a validação de diferentes discursos, questiona a essência do sujeito. Até porque grupos oprimidos percebem o caráter opressivo do discurso moderno, o qual negligencia a expressão das diferenças. Importante observar que a linguagem é entendida, a esta altura, de uma perspectiva não representacional, ou seja: ela não representa o mundo, ela o constitui. Da mesma maneira, ela constitui o sujeito, que acaba por ser interpretado como uma invenção social, uma realidade inventada pelos discursos.

A melhor imagem para o sujeito pós-moderno, segundo Abib, é de rede discursiva, rede em forma de raízes, de rizoma, com muitos becos sem saída, um labirinto rizomático. Ou seja, *o sujeito é o labirinto rizomático discursivo*. A partir daí podemos afirmar que todas as teorias do sujeito são legítimas,

podendo ser adequadas ou não. A pesquisa sobre o sujeito, dessa perspectiva, passa ter como alvo não o que o sujeito é (a sua essência, a sua natureza), mas qual teoria ou discurso o constitui.

Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) parece estar em um caldo de cultura acadêmica cujos elementos se assemelham àqueles apresentados nas obras de Wundt, Mead e James. De certa forma e com certa cautela, podemos dizer que ele herda um *Zeitgeist* que foi estabelecido com a contribuição daqueles grandes pensadores. Importante observar que, para a Análise do Comportamento, as teorias não são construídas no vazio, mas são resultado das contingências ambientais em que os teóricos viveram. Sendo assim, podemos considerar o quanto as mudanças históricas, materiais, políticas, econômicas, sociais, culturais contribuíram para a elaboração dos sistemas teóricos. Assim, o ambiente em que Skinner propõe a sua teoria é composto também pelas teorias anteriores, registradas e reproduzidas em linguagem falada e escrita e em outros comportamentos. Nesse sentido, falamos de herança e de *Zeitgeist*.

Em um percurso coerente com sua herança, Skinner não aceita as filosofias essencialistas e individualistas do sujeito, bem como a ideia de um princípio de ação inexplicável, conforme explicita Abib (2007a):

O psicólogo norte-americano argumenta que o sujeito não é princípio de ação, mas produto e, sendo assim, precisa ser explicado. O sujeito é produto da evolução natural, pessoal e cultural. Esse produto, ou como Skinner gosta de dizer, esse ponto, esse lócus, é o resultado do processo evolutivo. O sujeito é um ponto, um lócus, um ponto de chegada da evolução natural, pessoal e cultural. (p. 61)

Entretanto, é preciso ter cautela nesse aspecto, pois, embora seja resultado da evolução, o sujeito não é passivo, continua Abib (2007a):

Diz ele que o homem é modificado pelas consequências de suas ações, mas que essas consequências ocorrem porque o homem transforma o mundo com sua ação. Quer dizer, é o homem que produz as consequências que terminam por

modificá-lo. Do mesmo modo como fez Mead, Skinner desvinculou o conceito do sujeito iniciador da ação do conceito do sujeito transformador do mundo. Se o sujeito não inicia a ação, isso de modo algum implica que seja passivo, o processo que explica o sujeito como produto pode ser transformado pelo sujeito. (p. 61)

Ao elaborar um paralelo com os três níveis de variação e seleção, como costumava fazer, Skinner acabou por identificar o organismo como produto da evolução natural, a pessoa como produto das variáveis de segundo nível e o sujeito como resultado das variáveis culturais. O sujeito só pode ser observado por ele mesmo e aprende a descrever as condições sentidas com sua comunidade verbal. Aqui percebemos que há o sujeito que sente e o que é sentido; reencontramos o *eu* e o *me*. O que é sentido depende de como é sentido, o que por sua vez depende da evolução das comunidades verbais. Portanto, o sujeito descrito é constituído (não representado) pela linguagem de uma cultura. Nesta direção, Abib enumera as características da filosofia do pragmatismo que estão presentes na teoria de Skinner sobre o sujeito: anti-representacionismo, contextualismo, comportamentalismo e consequencialismo.

Abib (2007a) vai além e descreve a noção de sujeito único para Skinner, a qual alarga a noção de sujeito, abrangendo organismo, pessoa e sujeito, e, ao mesmo tempo em que contraria o princípio da identidade substancial, responde bem ao desafio de re-unir a multiplicidade discursiva pós-moderna de modo coerente:

Com efeito, *stricto sensu* o conceito de sujeito refere-se ao sujeito verbal construído pelas comunidades verbais, refere-se, em outras palavras, ao processo de descrição do ato de sentir construído pelas comunidades verbais; mas *lato sensu*, refere-se à história única que é constituída pela *diversidade* e *complexidade* oriundas da história natural, pessoal e cultural. (p. 65)

Ou seja, não há identidade substancial, não há nada atrás do espelho. A cultura da identidade, segundo Abib, levou ao individualismo, ao eu primeiro, ao narcisismo. O remédio para isso pode vir

da ética. E, no sistema ético skinneriano, o sujeito adere a uma ética consequencialista do futuro, pós-antropocêntrica.

Em resumo, ao nos apresentar uma proposta de visão do sujeito aos olhos de Skinner, Abib sustenta que o sujeito skinneriano é verbal, isto é, social, consciente ou inconsciente, é cognitivo (no sentido de conhecer) e também é ético. De modo semelhante à visão de James, o sujeito skinneriano seria a relação entre o *eu* e o *me*. De modo semelhante à visão de Mead, o sujeito skinneriano é social, por ser verbal e depender, portanto, de uma comunidade verbal para se constituir. Do ponto de vista ético, o sujeito para Skinner está sob controle do bem da humanidade, das próximas gerações, da vida e da natureza em geral. Trata-se de um amor incondicional aos outros e aos outros do futuro, contrário ao amor egoísta, trata-se do amor agápico, que Skinner analisa com mais detalhes em *Questões recentes na análise comportamental* (Skinner, 1989).

Dessa maneira, tendo em vista um Skinner maduro, pós *About behaviorism*, encontramos em sua obra, por meio da leitura do professor Abib, um sujeito que garante o bem comum, que se preocupa com a vida, que é constituído no contexto social. Em certo sentido, é um sujeito que desafia os limites artificiais do individualismo, pois é comunitário. O sujeito skinneriano, com seu amor agápico, garante a harmonia entre os seres vivos. Ele, sem dúvida, contraria muitos discursos e práticas de políticos atuais. Ao mesmo tempo, o sujeito skinneriano é coerente com as diretrizes éticas do Conselho Federal de Psicologia.

Nesse sentido, arrisco afirmar que o sujeito skinneriano só existe em sua plenitude se for ético, pois social ele já é. Podemos inferir, a partir da proposta de Abib do sujeito skinneriano, que existem dois aspectos desse sujeito: um que é necessário e outro que é contingente, o primeiro é dado e existe em sua constituição inicial (verbal/social) e o segundo é conquistado e pode vir a constituí-lo (ético - agápico). Só que, de acordo com a ética skinneriana (Melo, Castro & De Rose, 2015), o ético depende do verbal/social. Daí decorre que, dependendo da constituição do aspecto verbal/social do sujeito, ele poderá ou não ser um sujeito agápico, caso as contingências sociais/verbais o façam, ou não, ficar sob controle dos bens de terceiro nível. Considerando

que as contingências podem modelar diferentes padrões de comportamento moral, deve haver contingências específicas que modelem um padrão ético-agápico, de modo que o sujeito possa existir de forma plena.

Extrapolando a conclusão para nossa prática profissional, como analistas do comportamento, podemos questionar quais são os valores que controlam o nosso comportamento em nossa atuação cotidiana. Já existimos como sujeitos verbais/sociais, mas conseguimos existir plenamente como sujeitos agápicos? O bem da humanidade, das gerações futuras, da vida e da natureza nos controla? Somos sensíveis a esses valores?

Uma vez que conseguimos emitir o comportamento de auto-observação e discriminar variáveis de controle, temos consciência delas, o que pode ser pré-corrente para algumas respostas deliberadas a respeito (De Rose, Castro & Lazarin, 2012). Logo, na medida em que o autoconhecimento sobre a sua constituição subjetiva se torna mais elaborado, aumentam as chances de haver mudança intencional do próprio sujeito sobre a sua constituição, bem como sobre a constituição de outros sujeitos, dado que pode alterar a dinâmica social, as contingências da comunidade verbal em busca da sensibilidade ao amor agápico. Em outra obra, o professor Abib nos propõe algo nessa direção: uma educação para a sensibilidade (Abib, 2007b). Como comunidade de analistas do comportamento, atuamos com frequência nesta direção, por meio de pesquisas e intervenções que contribuem para a promoção do sujeito verbal agápico. Continuemos!



## Referências

- Abib, J. A. D. (2001). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. In H. J. Guilhardi (Ed.), *Sobre comportamento e cognição* (pp. 20-35). Esetec.
- Abib, J. A. D. (2007a). *O sujeito no labirinto: Um ensaio psicológico*. Esetec.
- Abib, J. A. D. (2007b). *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. Esetec.
- Al-Saadi, H. (2014). Demystifying ontology and epistemology in research methods. *Research gate, 1* (1-10).
- Cruz, R. N. & Cillo, E. N. P. (2008). Do mecanicismo ao selecionismo: Uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 24* (3), 375-385. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000300015>
- De Rose, J. C. C., Castro, M. S. L. B. & Lazarin, T. C. (2012). Consciência e autoconhecimento. In M. M. C. Hübner & M. B. Moreira (Eds.), *Temas clássicos em psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp. 188-207). Guanabara Koogan.
- Melo, C. M., Castro, M. S. L. B. & De Rose, J. C. C. (2015). Some relations between culture, ethics and technology in B. F. Skinner. *Behavior and Social Issues, 24*, 39-55. <https://doi.org/10.5210/bsi.v24i0.4796>
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Merrill.
- Zilio, D. (2013). Relacionismo substancial: A ontologia do comportamento à luz do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28*(1), 109-118. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100014>

### Histórico do Artigo

Data do Convite: 10/08/2022

Recebido em: 06/12/2022